



## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

### **ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL**

Aos onze dias do mês de março de 2020, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**09:00**

- 1. Aprovação da ata n.º 28;**
- 2. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia COM (2020) 37 - PTCE - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020; Relatora: Deputada Marina Gonçalves**
- 3. Deliberação sobre as auditorias a realizar no âmbito dos termos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental e que correspondem aos anos de 2018 e 2019;**
- 4. Nomeação de relator à Conta Geral do Estado para 2018; Cabe ao PS**
- 5. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 10/XIV/1.ª (GOV) - "Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas";**
- 6. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 11/XIV/1.ª (GOV) - "Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822";**
- 7. Outros assuntos**

**09:30**



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

**Audição com Secretário de Estado do Orçamento, no âmbito do requerimento apresentado oralmente pelo Grupo Parlamentar do PSD, aprovado na COF.**

---

**09:00**

#### **1. Aprovação da ata n.º 28;**

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) pediu a palavra para dar nota de um lapso que detetou na redação desta ata.

Assente a mencionada correção, foi a ata aprovada por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e CH.

#### **2. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia COM (2020) 37 - PTCE - Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020;**

A Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS) apresentou o relatório de que foi autora.

Após ter cumprimentado a Deputada relatora, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) anunciou que o seu grupo parlamentar (GP) não acompanhará este relatório na medida em que, na sua perspetiva, consubstancia uma “propaganda” de medidas ecológicas e sociais sem correspondência com a realidade, salientando ainda que se fundamentam em premissas neoliberais.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado com os votos contra do PCP, a abstenção do BE e os votos favoráveis do PS, PSD e IL.

#### **3. Deliberação sobre as auditorias a realizar no âmbito dos termos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental e que correspondem aos anos de 2018 e 2019;**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou o adiamento deste ponto da OD.



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugeriu que, ainda assim, se estabelecesse já uma base de entendimento sobre este assunto, lembrando que, por regra, uma das auditorias era solicitada pela maioria e a outra pela oposição, num modelo de consensualização. Salientou porém que, agora, na presença de uma oposição alargada, será útil ajustar uma metodologia adequada para a escolha das entidades a auditar.

O Senhor Presidente sugeriu assim, que essa metodologia fosse definida em reunião de Mesa e Coordenadores, tendo merecido a anuência do PSD, sem registo de oposição dos demais GP. Ficou também assente que a deliberação sobre as auditorias a solicitar ao Governo e Tribunal de Contas (TdC) ficaria adiada para a próxima reunião da Comissão.

#### **4. Nomeação de relator à Conta Geral do Estado para 2018;**

O GP do PS indicou o Senhor Deputado António Gameiro.

#### **5. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 10/XIV/1.ª (GOV) - "Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, na parte das regras respeitantes às assimetrias híbridas";**

Foi fixado o dia 16 de março como data limite para envio de propostas de alteração (PA).

#### **6. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 11/XIV/1.ª (GOV) - "Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822";**

Foi fixado o dia 16 de março como data limite para envio de PA.

#### **7. Outros assuntos**



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.<sup>a</sup> SL

O Senhor Presidente comunicou os agendamentos já confirmados, anunciando a audição do TdC para dia 17, às 15h00, a do CES para dia 18, às 11h00, e a do Presidente do Novo Banco para dia 25, às 9h30.

Nesta sequência, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), solicitou que se ponderasse a possibilidade da reunião ordinária do dia 18 ocorrer mais tarde que o normal visto que a audição ao CES só começaria às 11h00.

O Senhor Duarte Pacheco (PSD) pediu que se definissem as grelhas de tempos para as próximas audições, nomeadamente para o TdC. Aproveitou para perguntar se já havia agendamento previsto para a audição que solicitaram à ASF, no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei n.º 1/XIV/1.<sup>a</sup>, tendo o Senhor Presidente respondido negativamente, informando que se estavam a ponderar várias hipóteses entre os dias 17 (terça-feira) e 18.

Depois de discutidas algumas hipóteses de agendamento, que deveriam excluir a terça-feira de manhã, ficou assente que, em sendo possível, se deveria agendar a audição da ASF para dia 17, às 14h00, sendo que a audição do TdC, nesse caso, deveria iniciar-se às 15h30.

Ficaram também definidas as grelhas de tempos para estas audições, que serão as mesmas que têm sido utilizadas, ou seja, primeira ronda de 5 minutos por GP (2 minutos DURP), a segunda ronda de 3 minutos por GP e a última de 2 minutos por Deputado.

Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) sobre a fixação de prazo para apresentação de PA às iniciativas em apreciação na Comissão, deliberado na anterior reunião, ficou também assente que, para evitar que esta apreciação fique prejudicada por aquele pedido de audição (ASF), se manteria o prazo de sexta-feira para apresentação de PA às propostas de lei n.ºs 7 e 8.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu-se ao relatório elaborado pelo IGF a pedido do Parlamento, sobre a concessão do serviço postal universal e à privatização dos CTT, assinalando que a citada auditoria foi “distribuída” aos Deputados com carácter de confidencialidade. Notou que, para além de não se recordar que alguma vez tivesse sucedido algo semelhante, também não encontrou no relatório nenhum fundamento legal que justificasse tal classificação. Sustentou ainda que,



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

tendo esta auditoria sido solicitada ao abrigo da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), não se justifica, a seu ver, que o relatório não seja tornado público. Prosseguiu, solicitando que a Comissão, por intermédio do seu Presidente, diligenciasse no sentido de questionar o Presidente da Assembleia da República (PAR) sobre as razões que sustentam para uma tal classificação. Concluiu assinalando que a única razão invocada no relatório para esta classificação se reportava a alegados dados relacionados com o negócio da empresa que deveriam ser protegidos, não tendo o próprio, da leitura que fez, identificado nenhum.

Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que a classificação do relatório foi feita pelo PAR e como tal, o documento foi “distribuído” mantendo a mesma classificação, ou seja, nos mesmos termos em que foi fixada por Despacho do PAR e em que deu entrada na Comissão. Solicitou ao Senhor Deputado João Paulo Correia que formalizasse o seu pedido, requerendo ao PAR ou ao Presidente da Comissão, de forma devidamente fundamentada, a desclassificação do documento.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), após reiterar os argumentos sobre a importância de se tornar público o relatório, defendeu que esta pretensão não se deverá circunscrever à vontade do próprio, considerando ser matéria do interesse da Comissão. Assim sendo, propôs apresentar um requerimento para ser agendado e votado na próxima reunião da Comissão, tendo esta proposta merecido a anuência do Senhor Presidente.

Nesta sequência, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) manifestou o seu apoio à pretensão do Deputado João Paulo Correia, considerando pouco razoável que um relatório desta importância, que avalia a qualidade de um serviço público, seja confidencial. Anunciou, assim, que o BE acompanhará esta iniciativa para que a Comissão tome as diligências necessárias no sentido de garantir que o documento seja tornado público.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) também concordou com o princípio de que deve haver uma deliberação da Comissão sobre a matéria.

Interveio depois o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) manifestando a disponibilidade do PSD para subscrever este requerimento.



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

Depois de confirmar a inclusão deste ponto na próxima OD, no pressuposto do envio do respetivo requerimento, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.

**09:30**

**Audição com Secretário de Estado do Orçamento, no âmbito do requerimento apresentado oralmente pelo Grupo Parlamentar do PSD, aprovado na COF.**

O Senhor Presidente deu início à audição cumprimentando o Senhor Secretário de Estado e enquadrando a audição no âmbito do requerimento apresentado pelo PSD, posto o que passou a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro do grupo parlamentar (GP) requerente para uma primeira intervenção.

Ainda no âmbito da primeira ronda, seguiram-se as intervenções dos Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Duarte Alves (PCP) e João Cotrim Figueiredo (IL), tendo o Senhor Secretário de Estado respondido individualmente a cada um dos Deputados.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Carneiro (PSD), João Paulo Correia (PS) e Duarte Alves (PCP) tendo o Senhor Secretário de Estado respondido ao conjunto das questões colocadas.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) salientou que, apesar de já estar concluído o processo orçamental para 2020, o PCP mantém o seu requerimento para que seja disponibilizado o mapa de investimento público desagregado por projetos, idêntico ao do antigo PIDDAC, que já havia sido solicitado em janeiro deste ano.

Não havendo outros pedidos de intervenção, o Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado para prestar todos os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados, dando depois por concluída esta audição.



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet da audição](#).

A reunião foi encerrada às 10:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 março 2020.

**O PRESIDENTE**

(Filipe Neto Brandão)



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Alberto Fonseca  
Álvaro Almeida  
Ana Paula Vitorino  
Carlos Brás  
Duarte Alves  
Duarte Pacheco  
Eduardo Teixeira  
Fernando Anastácio  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Carneiro  
João Cotrim de Figueiredo  
João Gouveia  
João Paulo Correia  
Margarida Balseiro Lopes  
Mariana Mortágua  
Miguel Matos  
Nuno Sá  
Vera Braz  
António Gameiro  
António Ventura  
Artur Soveral Andrade  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Paulo Oliveira  
Marina Gonçalves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura  
Cecília Meireles  
Hortense Martins  
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Carlos Silva